

A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército no Estado Novo

CLARICE BERKOWICZ*

Uma editora militar

Oficialmente a criação da Biblioteca Militar como editora em 1937 é concebida como uma evolução quase natural da antiga Biblioteca do Exército, inaugurada ainda durante a monarquia. De acordo com a versão oficial acerca de sua trajetória, esta Biblioteca foi fundada em 1881 pelo então ministro da guerra, Franklin Dória, o barão de Loreto. Desde então, suas atividades se limitariam ao empréstimo de obras militares e da literatura mundial, e, somente em 1937, através do decreto de 26 de junho, teria se tornado uma editora.¹

Hoje denominada Biblioteca do Exército Editora - Bibliex- esta instituição continua em plena atividade editorial. Sua sede se localiza atualmente no Palácio Duque de Caxias, prédio inaugurado durante o governo de Getúlio Vargas para abrigar o Ministério da Guerra. Lá encontramos a Editora e a Biblioteca central, hoje denominada Biblioteca Franklin Dória.

É esta versão que encontramos na página oficial da Bibliex na Internet e em boa parte dos informativos militares sobre a instituição, que hoje está subordinada ao departamento Cultural do Exército.

Ao acessarmos a página oficial da Bibliex na Internet, nos deparamos com um breve histórico onde ela é apresentada como uma “centenária instituição cultural do Exército brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão dos meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento da cultura profissional-militar e geral”. O texto também afirma que as origens da Biblioteca, inaugurada no século XIX, remontam às preconizadas

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. Mestranda. Linha de pesquisa: Estado, Cultura Política e Ideias.

¹ Anais da câmara dos deputados. Decreto número 1748, de 26 de junho de 1837.

2

pelo conde de Lippe, no período em que esteve encarregado, pelo marquês de Pombal, de reorganizar o Exército português, em fins do século XVIII.²

Desse modo, a Biblioteca é apresentada como uma instituição de sólidas raízes históricas que, em 1937, teria passado por uma reorganização, tendo como principal objetivo criar um conselho editorial. Esta reorganização, de acordo com o histórico do *site*, teria sido idealizada pelo General Valentim Benício da Silva na gestão do então ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra.

Esta versão da história da Biblioteca do Exército, institucional, se constrói pautada a partir de uma perspectiva do passado como uma linha contínua, sem rupturas, disputas e conflitos. Esta grande linha de continuidade estabelecida pela memória institucional, e os seus recortes temporais, no entanto, não são casuais. São frutos de interesses institucionais e políticos, não podendo ser encarados como “naturais”.

A procura por um passado remoto e ideal é um meio eficaz de legitimação do Exército como instituição nacional, herdeira de um passado tradicional. O Exército, em seu processo de invenção de tradições, movimento que se intensificou na década de 1930, busca através do culto ao passado, por meio de rituais, criar uma identidade social para o militar e para a instituição (CASTRO, 2002:22-28). A narrativa oficial construída em torno da trajetória da Biblioteca Militar dessa maneira, deseja veicular a ideia de tradição, estabelecendo uma ligação com um passado apropriado.

A análise de uma certa literatura memorialista sobre a trajetória da Biblioteca Militar, que não se contrapõe completamente à versão oficial, mas que nos aponta caminhos diferentes para pensarmos a instituição, nos levou a elaborar uma outra proposta de interpretação. Acreditamos que a criação da Biblioteca Militar como editora em 1937 não foi uma simples reorganização para melhor atender ao público, e sim, parte de um processo maior, de reordenamento institucional, através de uma modernização

² O *site* é: <http://www.bibliex.com.br/job/>.

3

conservadora. A Biblioteca Militar, nesse sentido, é parte do processo de *invenção* do Exército como órgão vital de sustentação do Estado.

As discontinuidades de uma trajetória

Tornar a Biblioteca Militar um objeto de análise histórica, é, para nós, lançar luz sobre o processo de construção da identidade social do Exército e sobre a maneira como esta instituição e seus atores políticos, os militares, em um dado momento se autorrepresentam e se organizam. Edmundo Campos Coelho, em seu importante ensaio bibliográfico sobre a instituição militar no Brasil, de 1985, já havia alertado sobre o perigo de uma análise que privilegie unicamente os momentos mais “espetaculares” da intervenção dos militares na vida política do país. Neste mesmo ensaio, nos alerta também sobre as distorções causadas por análises que tomam os militares como instrumento dos desígnios de certos grupos da elite e da classe média. Estas perspectivas de análise anulam os militares como agentes históricos autônomos, pois recaem em um tipo de sociologismo, criticado por Coelho, onde o comportamento político do grupo é mecanicamente explicado pela natureza do Estado, ou por uma dada situação social ou política (COELHO, 1985: 15-16).

Para que possamos explicitar o caminho pelo qual construímos este objeto, atentando empreenderemos uma análise de dois autores militares que em seus escritos, retrataram a Biblioteca Militar. Um deles, o general Francisco de Paula Cidade, fez parte da primeira Comissão Diretora da Biblioteca Militar. O segundo, general Umberto Peregrino, foi diretor da instituição quando esta já se denominava Biblioteca do Exército entre 1950 e 1960, em meados de 1980, escreveu uma História da Biblioteca do Exército.³

³ PEREGRINO, Humberto. *História da Biblioteca do Exército*: um capítulo da História Cultural do Brasil. s/d.

4

A Biblioteca do Exército, em sua denominação atual, constitui uma memória bem consolidada, um lugar de tradição, preservado, intocado pelos conflitos políticos, sociais, culturais e ideológicos que desde a década de 1920 cindiram o Exército.

Mas os generais Paula Cidade e Umberto Peregrino nos apontam, em suas memórias, um caminho diferente. O general Francisco de Paula Cidade, em sua “Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira”, obra editada pela Bibliex em 1998, mas originalmente datada de 1959, dedica algumas páginas à Biblioteca Militar.

A brevidade com que Paula Cidade trata a Biblioteca não diminui a importância desta obra como fonte bibliográfica para pensarmos a sua trajetória. O autor considera a Biblioteca Militar, inaugurada em 1937, um marco de grande significação que abriria ao pensamento militar brasileiro “novas veredas” (CIDADE, 1998: 474-475).

Paula Cidade insiste em defender uma ideia que desvincula a Biblioteca aberta em 1937 – a Biblioteca Militar – da fundada em 1881, procurando definir o papel que teria uma biblioteca “moderna”, que seria oposta a uma biblioteca “antiga”, “muito mais semelhante a um depósito de livros”. Podemos admitir, então, que na década de 1950, já houvesse algum debate sobre a questão dos vínculos entre a Biblioteca Militar Editora e a antiga Biblioteca do Exército, inaugurada durante a monarquia.

Paula Cidade, em sua Literatura Militar, havia escrito:

Das duas funções que a Biblioteca Militar era chamada a desempenhar, a de pôr à disposição de todos os militares da guarnição do Rio a sua coleção de livros e a de editar mensalmente uma obra de autor preferentemente militar, certamente a segunda é a mais importante. Para compreender isso, basta considerar que outras instituições dispõem, como a Biblioteca Nacional, de meios muito mais amplos para atender às necessidades de todos os estudiosos, ao passo que o editar um livro militar por intermédio de editoras civis esbarra sempre em dificuldades imensas e não raro insuperáveis. A fundação da Biblioteca Militar deve-se ao Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, mas a ideia partiu do Coronel Valentim Benício da Silva, que igualmente guiou os primeiros passos da nascente instituição cultural (...) A Biblioteca do Exército, foi criada em 1881, pelo Ministro da Guerra Barão de Loreto, Franklin Américo Dória.

5

Nunca foi uma editora. Obedeceu sempre às idéias antigas, muito antigas mesmo, de que uma biblioteca pública era apenas um depósito de livros, devidamente relacionados, tendo para servi-la um certo número de pessoas que atendam aos consulentes, arrumem os livros e os preservem das traças. (CIDADE, 1998: 474-475)

Um aspecto interessante no texto do general Paula Cidade é o seu posicionamento acerca do fechamento da Biblioteca do Exército, em 1925. Cidade considera a atitude do Estado Maior do Exército como um “severo julgamento” dos “elementos culturais” contidos no acervo. Também declara ter presenciado o desmantelamento do acervo da antiga Biblioteca do Exército e se diz perplexo diante do descaso das autoridades militares com as obras, sobretudo as militares consideradas raras.

Até a abertura da Biblioteca Militar este acervo estava distribuído por várias unidades militares e uma grande parte estava depositado na Biblioteca Nacional, todos sem catalogação. Somente em 1938, através do aviso número 912, o ministro da Guerra manda reunir os livros deste acervo, dispersos, na Biblioteca Militar.(CIDADE, 1998: 475).

É justamente em relação a ideia de continuidade entre a Biblioteca do Exército e a Biblioteca Militar Editora, que percebemos uma discordância importante entre os pontos de vista de Cidade e Peregrino.

Umberto Peregrino, em sua História da Biblioteca do Exército, defende uma ideia de continuidade entre a “Biblioteca do Barão de Loreto” e a de “Dutra”. Por ser um trabalho totalmente dedicado à instituição, a obra revela alguns detalhes sobre a sua trajetória, abrindo caminho para uma reflexão acerca desta memória histórica. De acordo com Umberto Peregrino, o funcionamento da Biblioteca do Exército foi interrompido diversas vezes, por conta da precariedade das instalações ou da utilização do espaço para outros fins.

Em 1922, por exemplo, o salão de leitura da biblioteca passou a ser usado para a realização do Conselho de Guerra e para bancas de exame de oficiais da Escola de Aperfeiçoamento.

6

Em 1925, ainda segundo Peregrino, a Biblioteca foi fechada por aviso do ministro da guerra, Setembrino de Carvalho. Longe de ser mais uma breve interrupção em seu funcionamento, este decreto manteve a biblioteca fechada por nada menos que doze anos.

Segundo Peregrino, o seu acervo foi inteiramente disperso pelo Estado Maior do Exército, tomando destinos variados e desconhecidos. Peregrino não comenta com profundidade as condições e razões da interrupção de seu funcionamento, defendendo uma ideia de continuidade entre a “Biblioteca do Barão de Loreto” e a de “Dutra”, criada em 1937.

As mudanças na organização da Biblioteca, a criação de uma editora militar e de sua Comissão Diretora parecem ser, na narrativa de Peregrino, apenas aspectos que mudaram para que a antiga biblioteca oferecesse melhores serviços, contribuindo para a instrução de soldados e oficiais. A “História da Biblioteca do Exército” não possui informações bibliográficas básicas. Também não foi possível saber o ano de publicação e nem a editora responsável pela impressão da obra.

Por sua sequência cronológica, percebemos que se trata de uma obra publicada em meados da década de 1980. Também sabemos que foi um trabalho publicado enquanto Peregrino atuava na Comissão de Estudos Históricos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB.

Como afirma o próprio autor, a História da Biblioteca do Exército tem como fonte principal, sobretudo no que se refere a “primeira fase da vida da instituição, a que ocorreu no período imperial”, o *Livro Histórico da Biblioteca*. Peregrino, na primeira parte do livro, em uma espécie de prefácio, que ele chama de “parâmetros”, também informa que o Livro Histórico teve início no dia quatro de janeiro de 1956, quando se comemorava o 74º de fundação da Biblioteca do Exército, e que tinha por objetivo a reconstituição dos fatos históricos da instituição.

Peregrino define como uma “grata coincidência” o fato de ter sido o primeiro beneficiário em larga escala do Livro Histórico e também aquele que o fez existir (PEREGRINO:5)

7

Entendemos esta declaração como uma afirmação de que Peregrino foi o iniciador deste Livro Histórico, visto que ele fora diretor da Biblioteca entre 1954 e 1960. Assim, teria se beneficiado deste mesmo livro para escrever a sua “História da Biblioteca do Exército”. Podemos conjecturar que foi na década de 50 que a Biblioteca Militar passou a se chamar Biblioteca do Exército, e que a partir de então tenha começado a surgir iniciativas para a construção de sua trajetória histórica, abrindo caminho para as disputas de memória.

Explorando essas informações, pudemos verificar que este Livro Histórico é um manuscrito, que se encontra no palácio Duque de Caxias, onde atualmente está localizada a sede da Biblioteca do Exército Editora.

Peregrino, em sua História da Biblioteca do Exército, declara discordar de Paula Cidade no que se refere a ideia de ruptura entre a “antiga” e a “nova” biblioteca. Paula Cidade propõe uma posição desvinculadora, que afirma a ruptura entre essas duas bibliotecas, que, para ele, seriam instituições de caráter diferentes. Peregrino então se refere à Paula Cidade da seguinte maneira:

Positivamente, não há como acompanhar o ilustre mestre da História Militar do Brasil na sua interpretação desse capítulo da História do Exército. Sem sombra de dúvida, a Biblioteca do General Benício e do ministro Eurico Gaspar Dutra é a mesma do ministro Franklin de Menezes Dória. Ocorreu verdadeiramente uma restauração, caracterizada com nitidez pelo empenho na recuperação do acervo disperso. Nada impediria, entretanto, que a Biblioteca nessa nova vida se apresentasse reformulada, no sentido de incorporar a produção editorial sistemática e, para tanto, numa visão adiantada e lúcida, adotasse o sistema de “Clube do livro”. (PEREGRINO:81)

Não há, entretanto, qualquer menção a Biblioteca do Exército no decreto que institui e organiza a Biblioteca Militar.⁴ Para além destas discordâncias, o fato de que pouco interessava aos chefes militares, naquele momento, preservar o conteúdo daqueles livros, é

⁴ Anais da câmara dos deputados. Decreto número 1748, de 26 de junho de 1837.

8

evidente. Tampouco havia uma preocupação do Exército enquanto instituição, criar uma editora militar.

A criação de uma instituição como a Biblioteca Militar e seu setor Editorial só pode ter sido concretizada na década de 1930, onde, como pretendemos demonstrar, o Exército passa a se preocupar com a construção de uma memória e de uma imagem de si para os outros e para si, ou seja, a construção de uma identidade social.

Nesse mesmo movimento, foi também na década de 1930 que o Exército se mobilizou para fundar o seu Arquivo Histórico. Em 1938, um grupo de militares funda o Instituto de História e Geografia Militar do Brasil. Uma instituição como a Biblioteca Militar Editora desse modo, somente pôde ser articulada neste momento. Ela faz parte deste movimento de formação de uma cultura militar cívica e corporativa, quando o Exército como instituição passa a se preocupar com a construção de sua memória histórica e quando se torna uma instituição mais coesa, corporativa, derrotando propostas de organização diferentes.

Este passado, apropriado, deveria reforçar o papel do Exército na formação da própria nacionalidade. Portanto, a fundação da Biblioteca Militar como uma editora era bastante coerente com o papel que o Exército passa a exercer no país a partir de 1930.

Política e Exército nos anos 30

Além de fazer parte deste processo de reorganização institucional do Exército nos anos 30, a Biblioteca é fruto de um projeto político mais antigo, que se desenvolve e ganha força devido às circunstâncias históricas e ao novo tipo de intervenção exercido pelo Exército, principalmente com advento do Estado Novo.

Esta intervenção, diversamente das que a precederam, visava a pôr em prática um programa cujas linhas mestras estavam definidas e foram concebidas com a participação da cúpula do Exército (PINTO, 2005: 215).

9

José Murilo de Carvalho é categórico ao intitular o capítulo três da segunda parte de *Forças Armadas e política no Brasil*: “Intervenção Militar Começou no Império” (CARVALHO, 2005:153-154). Neste capítulo, Carvalho concorda, mesmo ressaltando alguns aspectos, com a tese central de John Shulz em *O Exército na Política*, um trabalho pioneiro sobre o Exército durante o período imperial. Para ele, ao longo do Império formou-se uma contra-elite dentro do Exército, social e intelectualmente antagônica à elite civil, insatisfeita com a situação do país e, sobretudo, com sua própria posição na hierarquia de poder e prestígio.⁵ Esta contra-elite, segundo Carvalho, fortaleceu a liderança da intervenção de 1889 (CARVALHO, 2005: 154).

Os militares, de fato, desde 1889, protagonizaram momentos de efetivo envolvimento na vida política do país. Nos primeiros anos republicanos, tivemos dois militares na presidência da república.

Mas, não podemos pensar o Exército como uma instituição dotada de um espírito corporativo antes dos anos 30. Na década de 1920, movimentos políticos cindiram a instituição, caracterizando um envolvimento massivo na política, momento em que se formam diversas tendências ideológicas entre os militares, desde as mais autoritárias às socialistas.

Somente após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, começa a se delinear as bases de um tipo de intervenção que visava pôr em prática um programa que fora concebido pela cúpula do Exército. É através do projeto político formulado nos anos 30 que o Exército se torna uma instituição dotada de uma doutrina unificadora e de demandas próprias (BRETAS, 2008:31-32).

Podemos dizer que setores do Exército começam a pensar o seu papel na Nação a partir do grupo de militares que motivados pela Missão Alemã, ocorrida durante o governo

⁵ Adriana Barreto sistematiza a leitura da principal fonte utilizada por Schulz, o jornal *O Militar*. A partir de uma análise mais detalhada, autora mostra que o jornal *O Militar* compartilhava de uma rivalidade entre civis e militares e que este ressentimento, não se constitui numa “fala da corporação” ou em um sentimento compartilhado por todos os seus membros. SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Um histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1997.

10

de Hermes da Fonseca, fundaram a revista “A Defesa Nacional”. As principais questões discutidas pelo grupo se referiam aos problemas relativos à profissionalização do Exército, ao recrutamento obrigatório e ao envolvimento do Exército na política nacional. A Missão Francesa também desempenhou um papel importante neste processo de modernização do Exército e da formação de uma certa mentalidade militar profissional.

Após 1930, com o Exército ocupando um papel cada vez mais proeminente no centro do poder, podemos considerar a Reforma Militar da Escola do Realengo como um marco neste processo de formação de uma cultura militar cívica e profissional. No período em que ocorreu esta reforma, foi implementado um conjunto de símbolos e rituais que procuraram perpetuar nas novas gerações de oficiais valores como a disciplina, o respeito hierarquia e à ordem, como um verdadeiro antídoto contra a participação dos militares no mundo das disputas políticas (CASTRO, 2012: 115-120).

Nas palavras de José Pessoa, diretor da Escola Militar, o Exército deveria ser a “ossatura da nacionalidade”. A identificação do Exército com os conceitos abstratos de “pátria” e “nação”, procurava evitar refletir as divisões existentes na sociedade, afastando a instituição, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos (CASTRO, 2012: 118). No entanto, mesmo com a vitória dos militares de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder, a questão da indisciplina e do dissenso no Exército não estava resolvida.

José Murilo de Carvalho, em “Forças Armadas e Política no Brasil”, demonstra que este período foi marcado por clivagens no interior da oficialidade. Não cabe, neste capítulo, discutirmos detalhadamente o teor desses movimentos. É importante ressaltar, que estes diferentes projetos, sobretudo no que se refere à atuação do Exército na vida política nacional, sucumbiram ao projeto que Carvalho definiu como *intervencionismo controlador* (CARVALHO, 2005: 75).

Este projeto se tornou hegemônico e teve o seu momento máximo com o golpe do Estado Novo, em 1937. O general Góes Monteiro foi o seu principal formulador e articulador, desenvolvendo uma doutrina que expressava o modo como os militares deveriam agir: fazendo a política do Exército, e não a política no Exército. Em oposição à

11

política partidária, que não deveria ser transportada para os quartéis, a “política do Exército” consiste na preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo o individualismo (PINTO, 2005: 545).

Esta política significava estabelecer um papel fundamental do Exército como mantedor da coesão nacional, combatendo as ideias “nocivas” à Nação e à instituição militar. Este tipo de intervenção deveria ser a do alto comando, com objetivo de garantir a “ordem”. O sistema político liberal e o comunismo, somados às características do povo, na avaliação de Góes Monteiro, eram os principais impedimentos ao desenvolvimento da Nação. Esta Nação era pensada como um corpo orgânico, como sendo formada por uma massa que não apresentava os caracteres desejados por seus condutores: “vigor racial”, mentalidade uniforme, comunhão de interesses, compreensão da necessidade de organizar o trabalho e os meios de defesa (PINTO, 2005: 542).

O ideário desses militares que ocupavam postos de chefia em 1930, sobretudo o general Góes Monteiro, possuía traços significativos de uma tradição de pensamento marcada pelas teorias racistas, pelo evolucionismo social e pelo determinismo, que tiveram grande aceitação no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Até a década de 1930 estas perspectivas predominavam nos Institutos Históricos e Geográficos, nas faculdades de Direito e Medicina (SCHWARCZ, 1993: 141-238). Sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX se disseminaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, práticas higienistas e se desenvolveu um pensamento calcado na ideia de eugenia.

A medicina legal através de métodos desenvolvidos na Europa, procurava “tipos físicos” que caracterizariam nas pessoas os desvios morais e psíquicos. Desse modo procurava-se definir o caráter de um povo, o que dava origem a uma série de prognósticos sobre o futuro do Brasil, que podiam ser negativos, pessimistas, ou mais otimistas, tendo em comum a ideia de que para garantir um bom futuro o país deveria “aperfeiçoar” o seu povo moral e fisicamente. A mestiçagem era o fator de maior preocupação para os

12

chamados “homens de “sciência” (SCHWARCZ, 1993: 31-42). O embranquecimento, para os otimistas, era um caminho para o prognóstico de um futuro melhor, pois ajudaria a neutralizar as características degeneradas das “raças” consideradas “inferiores”, principalmente negros e índios, sendo os primeiros alvo de maior preocupação.

Assim, nos anos 20, como demonstrou a historiadora Lilia Schwarcz, o olhar médico dividirá a sociedade em “doentes” e “sãos”. Segundo a autora, a escola de medicina da Bahia, junto com a carioca, fundaram na capital federal o primeiro instituto de identificação nacional, em 1933, já na era Vargas (SCHWARCZ, 1993: 235).

Fernando Rodrigues, historiador, ao estudar a formação os oficiais do Exército entre 1905 e 1945, revela, principalmente a partir de 1937, um padrão bastante discriminatório na admissão de alunos na Escola Militar do Realengo. Assim, passou-se a evitar o ingresso de elementos considerados nocivos ao Exército e ao país. Estas restrições recaíam, principalmente, sobre negros, estrangeiros, judeus e candidatos adeptos a “ideias estranhas” à nacionalidade e a Exército. A partir de 1937, o anticomunismo e o antijudaísmo, como afirma Rodrigues, se intensificam nos processos de admissão (RODRIGUES, 2010:156-222).

De acordo com determinação do ministro da guerra, na seleção preliminar dos concorrentes à matrícula na Escola Militar, deveriam ser observadas rigorosamente as seguintes condições: ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiros natos; pertencer à família organizada e de bom conceito; ser física e mentalmente sadio; não ser de cor ; não ser, nem seus pais, judeu, maometano ou ateu confesso (RODRIGUES, 2010: 168).

O corpo de oficiais deveria constituir, desta maneira, uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos que os solidarizassem numa fraternal comunidade de ideias e sentimentos (RODRIGUES, 2010: 168). Em contrapartida, se havia restrições na seleção dos futuros oficiais, o recrutamento obrigatório, dentro desta concepção conservadora, devolveria à nação uma juventude doutrinada contra o comunismo, com a coesão de ideias necessária para o desenvolvimento do país. Então, dentro deste quadro bastante pessimista em relação ao sistema liberal e às “qualidades”

13

inatas do povo brasileiro, onde a Nação era pensada como um corpo que deveria ser aperfeiçoado, tornando-se “são”, homogeneizando-se ideologicamente, psiquicamente e fisicamente, o Exército e a Marinha seriam as únicas instituições verdadeiramente nacionais e organizadas, e por isso, capaz de levar o país ao desenvolvimento, sanando os problemas sociais e “morais” do povo.

Cada vez mais se torna visível a dependência mútua entre governo e Forças Armadas, que pode ser resumida pela ideia de Góes Monteiro *Exército forte para um governo forte*. Instrumento de força e soberania nacional, o Exército e as Forças Armadas surgem – para esse pensamento conservador – como as únicas instituições nacionais devidamente organizadas e, assim, só a sombra delas poderiam organizar-se as demais forças da nacionalidade (PINTO, 2005: 535-542).

O anticomunismo

Na abertura de espaço para o projeto vitorioso em 1937, o anticomunismo teve um papel fundamental. A pesquisadora Dulce Pandolfi, ao discutir os anos 30, atenta para as ambiguidades deste período, demonstrando que o clima político que se instalou depois da promulgação da Constituição de 1934 não fazia antever o golpe de 1937. Para a autora, o projeto de Vargas e de Góes Monteiro estava em total descompasso com o clima político do país: a anistia proclamada pela Constituição trouxe de volta os exilados de 1932, em outubro de 1934 realizaram-se eleições para o congresso e o restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu os movimentos sociais (PANDOLFI, 2003: 13-38).

Várias greves eclodiram nesse período e o processo político radicalizou-se, tanto à direita quanto à esquerda, abrindo caminho para uma reação mais repressiva do governo aos opositores do regime. Somado a isso, havia o fato de que o liberalismo estava em colapso em boa parte do mundo, o que também contribuiu para a aceitação do centralismo autoritário de Vargas e Góes Monteiro.

14

Assim, o Congresso aprovou em 1935, a Lei de Segurança Nacional, suprimindo diversas diretrizes democráticas presentes na Carta de 1934. Mas esta mesma Carta, apesar de liberal, incorporou na área militar, sobretudo na que se referia à defesa nacional, muitos dispositivos identificados com o centralismo autoritário, predominante no meio militar, trazendo clara influência do pensamento de Góes Monteiro, que elaborou a parte relativa à defesa nacional do anteprojeto da Constituição (PINTO, 2005: 515-527). Este aspecto da Constituição é relevante na medida em que também define o papel das Forças Armadas na sociedade. Então, aprovada a Lei de Segurança Nacional, podemos dizer que a esta tendência ao autoritarismo, com o Exército a serviço da coesão nacional e da ordem, ganha cada vez mais espaço na sociedade.

Ocorrido em 1935, o levante comunista fortaleceu a ideia defendida pelo general Góes Monteiro, de que o Exército deveria estar preparado para defender o país não só de conflitos externos, mas internos. O anticomunismo, que já vinha sendo politicamente explorado no Brasil, ganhou força dentro e fora do Exército, contribuindo para a afirmação da necessidade de um governo forte e autoritário, que fizesse frente ao modelo da democracia liberal.

Rodrigo Patto Sá Motta, ao estudar o imaginário anticomunista no Brasil, observa que a memória oficial sobre a “Intentona” reforça a versão de que os militares que haviam participado do movimento eram traidores da corporação militar. Além de traírem a corporação, seriam também traidores da pátria, pois “obedeceriam” a ordens de potências estrangeiras, principalmente as da União Soviética. Para reforçar a imagem de traição atribuída aos comunistas, houve esforços no sentido de representar como heróis os militares fiéis ao governo, mortos no combate. A partir de então, se constituem comemorações da Intentona no interior do Exército com o Estado conferindo a elas caráter oficial em 1937 (MOTTA, 2001: 76-84).

Em 30 de setembro de 1937, quando se aguardavam as eleições presidenciais, foi denunciada pelo governo a existência de um plano comunista, que na verdade era um documento forjado por um oficial integralista, para a tomada do poder – o “Plano Cohen”.

15

A divulgação desse plano causou grande comoção popular, que, aliada à instabilidade gerada pelo levante de 1935 contribuiu para neutralizar as últimas resistências ao golpe que já vinha sendo orquestrado desde 1936, quando o general Góes Monteiro, a pedido de Getúlio Vargas, preparou um texto contendo as linhas gerais de um Estado ditatorial.

Durante a campanha eleitoral para a sucessão de Vargas, a recuperação da economia e o controle dos trabalhadores asseguraram a adesão de importantes setores da sociedade ao projeto centralizador e autoritário. Com a participação decisiva do Exército, Getúlio Vargas inaugurava, em novembro de 1937, o Estado Novo.

Desde então, o Exército passou a fazer parte, definitivamente, da estrutura de poder do Estado, alegando ser a encarnação das aspirações nacionais e estar acima dos interesses regionais e partidários. Diferente dos revolucionários de 1930, ou dos tenentes de 1922, este setor conservador dos militares entendia o Exército como “expressão orgânica da nação”, e não como “encarnação do povo” (CARVALHO, 2005: 82-101).

Os oficiais que representavam esse intervencionismo conservador defendiam a “imunização” do Exército contra a política considerada “menor” e contra qualquer tipo de conflito externo à corporação. Carvalho observa que para atingir seus objetivos, este setor conservador do Exército teve que lançar mão de uma operação complexa: abrir à sociedade ao Exército e ao mesmo tempo fechá-lo à sociedade. Esta abertura da sociedade ao Exército se daria por meio do convencimento da importância da defesa nacional e da guerra, que incluía também o combate ao comunismo, além da ampliação do serviço militar por meio do recrutamento universal e obrigatório.

O serviço militar ampliado devolveria à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras e na necessidade de se preparar para elas, e na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país.

Em contrapartida, o fechamento do Exército à sociedade era necessário para garantir o afastamento do oficialato da “política menor”, ou seja, dos conflitos externos à

16

corporação. Durante a ditadura do Estado Novo, também foram aperfeiçoados mecanismos internos destinados a homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas para a corporação e para a nacionalidade. Tratam-se principalmente do combate ao comunismo dentro da corporação e da proibição do voto aos militares da ativa, implementado na Constituição de 1937 (CARVALHO, 2005: 82-101).

Valores como disciplina e respeito à hierarquia passaram a ser cuidadosamente cultivados no seio da oficialidade, como elementos indispensáveis para se compor um Exército “nacional”, coeso, atuando sempre em bloco. Nesse movimento, há – como já demonstrou Celso Castro – um grande investimento simbólico na *invenção* de tradições para o Exército. Castro analisa os principais rituais e símbolos do Exército, vistos através de importantes tradições, como o culto a Caxias e as comemorações da vitória sobre a “Intentona Comunista” de 1935, intensificados durante o Estado Novo (CASTRO, 2002: 9-68).

Acreditamos ser possível juntar a esses investimentos um outro: a constituição de forma mais sistemática de uma memória institucional e de uma cultura cívica através da Biblioteca Militar inaugurada em 1937. Esta, deve ser entendida como um mecanismo institucional que procura, por meio da difusão de uma literatura memorialista, veicular uma história “oficial” do Exército, onde este se funde com a própria nacionalidade.

O setor editorial da Biblioteca Militar, por meio da seleção de “episódios” do passado, procura construir uma realidade que “inventa” o Exército como instituição nacional, de sólidas raízes, dotada de unidade interna e, desse modo, capaz de agir de forma mais coesa na política, seguindo os princípios da hierarquia e da disciplina. A Biblioteca Militar, nesse sentido, cumpre uma dupla função. Faz parte tanto dos mecanismos internos de organização da corporação, como de um movimento para fora da instituição, já que se organiza como editora, concorrendo para a construção de uma memória nacional, através de suas publicações.

Bibliografia

BRETAS, Marcos Luiz. *O general Goés Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército*. Rio de Janeiro: Militares e Política, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp.31-61.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. v. 19, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Fapesp/Perspectiva, 2002.

PEREGRINO, Humberto. *História da Biblioteca do Exército: um capítulo da História Cultural do Brasil*. S/D.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo, do início de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

PINTO, Sérgio Murillo Lima da Silva. *Exército e política: Um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada*. Volume II. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade federal Fluminense. Niterói, 2005.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SCHULZ, John. *O Exército na política. Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Um histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1997.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ